



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640049 - SP (2021/0012740-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEIVIDE JESUS DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROBERT NASCIMENTO DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : WELLYTON DOS SANTOS ROCHA
CORRÉU : MAICON NASCIMENTO SANTOS
CORRÉU : OZEIAS ARAUJO DE ALMEIDA
CORRÉU : RAFAEL DOS SANTOS
CORRÉU : IGOR PEREIRA DE SOUSA
CORRÉU : RENATO DOS SANTOS
CORRÉU : JOSE EDSON DA SILVA OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROBERT NASCIMENTO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0002793-33.2019.8.26.0587).

O paciente foi condenado às penas de 6 anos e 27 dias de reclusão em regime inicial fechado e de 606 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, VI, da Lei n. 11.343/2006, uma vez que, em concurso de pessoas, preparou, guardou e manteve em depósito, sem autorização e em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, 3.898 *ependorfs* de cocaína em pó, com o peso total de 8.585kg, além de 46.000 *ependorfs* vazios, uma balança de precisão, 1.800 embalagens plásticas do tipo sacolé, 9 aparelhos celular e outros petrechos para embalagem da droga.

O impetrante sustenta a inidoneidade dos motivos apresentados pelo Tribunal de origem para manter afastada a aplicação do redutor do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, acrescentando que a reincidência, por si só, não justifica a exclusão do benefício penal.

Defende a aplicação da regra disposta no art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal e o consequente abrandamento do regime prisional inicial.

Afirma que o indeferimento do direito do paciente de recorrer em liberdade configura hipótese de indevida antecipação de pena, contrariando o princípio da dignidade da pessoa humana e, ainda, os princípios da proporcionalidade e da homogeneidade das medida cautelares.

Por fim, assevera o descabimento da pena de multa e da condenação ao pagamento das custas processuais, haja vista a hipossuficiência financeira do paciente.

Requer, liminarmente, a aplicação do redutor referente ao tráfico privilegiado, com a modificação da pena privativa de liberdade, do regime prisional inicial e a substituição por reprimendas restritivas de direitos, bem como a revogação da prisão

preventiva, ainda que mediante aplicação de medidas cautelares diversas. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que se confirme a medida liminar.

É o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ademais, a suposta ilegalidade da prisão cautelar imposta ao paciente não foi tratada no acórdão impetrado, daí porque, nesse ponto, a pretensão deduzida pelo impetrante encontra óbice no princípio que veda a supressão de instância.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência